



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Assessoria Jurídica Regional – 7ª AJ

PARECER 7ª AJ	050/2023
PROCESSOS	59570.000761/2023-44
INTERESSADO	7ª SL
ASSUNTO	Resposta à Impugnação
DATA	28/08/2023

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do setor competente, no sentido de que este órgão de assessoramento jurídico examine os autos do processo em epígrafe e exare parecer acerca da Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 05/2023 que tem por objeto o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de tratores agrícolas de no mínimo 24 CV e equipamentos agrícolas para apoio às diversas atividades produtivas, estruturantes, na área de atuação da Codevasf - 7ª/SR.
2. O Licitante se insurge em face ao subitem 19.3 do TR que assim dispõe:

19. OBRIGAÇÕES DO (A) FORNECEDOR (A)
(...)
19.3 O (a) Fornecedor(a) deverá apresentar documentação comprobatória de que O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos têm empresa autorizada para prestar assistência técnica na área de abrangência da 7ª SR, onde serão entregues os itens. Esta exigência aplica-se todos os itens da Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados.
3. O Licitante alega que o item acima citado impede a ampla participação e faz uso de exigência que não interfere no fornecimento, entrega, desempenho ou durabilidade do item licitado. Acrescenta que o subitem 19.3 limita totalmente a participação de outras empresas em âmbito nacional, acusando a Codevasf de fazer editais dirigidos em que privilegiam empresas dentro de um círculo privilegiado dentro da área de abrangência da 7ª SR.
4. Colaciona diversos Acórdãos do TCU para tenta sustenta a sua tese e ao final entre outros pedidos que seja retirada do edital as exigências e republicado o edital.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Assessoria Jurídica Regional – 7ª AJ

5. Era o que se tinha a relatar, passando-se para a análise jurídica.

II. ANÁLISE JURÍDICA

6. O assunto ora em discussão se refere a pedido de impugnação ao Edital nº 05/2023, especificamente quanto ao item 19.3 do termo de referência (Peça 17), anexo do Edital publicado.
7. O item impugnado assim está descrito:

19. OBRIGAÇÕES DO(A) FORNECEDOR(A)

(...)

19.3 **O(a) Fornecedor(a)** deverá apresentar documentação comprobatória de que O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos têm empresa autorizada para prestar assistência técnica na área de abrangência da 7ª SR, onde serão entregues os itens. Esta exigência aplica-se todos os itens da Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados.

8. Quando da apresentação da impugnação, a empresa CBMAQ – COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA. afirmou que a Codevasf, no edital em questão, estaria a contrariar decisões emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), em especial a decisão exarada no Acórdão nº 2311/2020-Plenário.
9. Ainda, para fins de balizamento, importante transcrever a decisão contida no Acórdão retro mencionado, que assim se encontra redigido:

1.6.1. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no item 8.1.2, c, do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico 10/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: exigência irregular, para fins de habilitação ou aceitabilidade da proposta, e não apenas



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Assessoria Jurídica Regional – 7ª AJ

da licitante vencedora, no momento da contratação, de possuir assistência técnica autorizada no Estado do TO, tendo em vista se impor custos prévios aos licitantes, podendo atuar como fator de restrição à competitividade do certame, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.001/2019-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 1.284/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler; 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Mucio Monteiro; 539/2015-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 2.103/2005-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; e Sumula - TCU 272). - Grifou-se.

10. Nesse particular, o Edital impugnado não está restringindo o caráter competitivo do certame, visto que o que consta como exigência no edital se refere ao FORNECEDOR do bem, não das empresas participantes do certame; em outras palavras, a Codevasf está cumprindo na integralidade a decisão já exarada pela Corte de Contas, uma vez que a assistência, como obrigação, será apenas do fornecedor do bem, não da empresa participante.
11. Para corroborar o que se afirma, veja-se a instrução realizada pela área técnica do TCU antes da prolação do Acórdão nº 2311/2020-Plenário (documento anexo):

“7. (...) há plausibilidade nessa alegação do representante, tendo em vista que a exigência como posta, como critério para classificação da proposta, pode configurar restrição indevida à competição (...)

9. Em relação a citação de julgados que abordam exigências desnecessárias e restritivas à competição, e na sugestão para a exigência de outras formas de garantir a assistência técnica requerida, tem-se que, como avaliado acima (item 7), a licitação não se mostrou restritiva e cumpriu o resultado esperado, exemplificando-se o item 1, objeto desta representação, constatou-se a participação de 13 interessados, em que o licitante vencedor ofertou uma proposta que reduziu em 23% o valor orçado pela Administração.

(...)”

III. CONCLUSÃO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Assessoria Jurídica Regional – 7ª AJ

12. Pelo exposto, conclui-se que a impugnação ao **Edital nº 05/2023, especificamente quanto ao item 19.3 do termo de referência** apresentado pela empresa **CBMAQ – COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA.** não merece ser acatada, visto que a exigência informada se refere ao FORNECEDOR, não às empresas licitantes, estando a obrigação requerida em perfeita consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU).
13. É o parecer, submetido à superior consideração.

Teresina (PI), 28 de agosto de 2023

EMERSON FERREIRA LIMA VERDE

Assessor Jurídico

Codevasf – 7ª AJ